



## CASTIDADE E LUXÚRIA: UMA DUALIDADE CONSTITUTIVA DA IMAGEM FEMININA

Fernanda Surubi Fernandes<sup>1</sup>  
Olimpia Maluf-Souza<sup>2</sup>

Historicamente estabeleceu-se uma dualidade em relação à imagem feminina. Ou seja, a imagem da mulher associou-se fortemente a dois papéis sociais: o da mãe, esposa, dona de casa e mulher submissa e, de outro lado, o de mulher pecadora, sensual, ou seja, de transgressora.

No livro de Gênesis, tem-se a imagem feminina como símbolo da companheira idealizada, mas que se torna a responsável pela sua queda e a de seu companheiro, Adão. Assim, como castigo, a mulher passa a sofrer a dor do parto e ambos são expulsos do Paraíso. Desse modo, tem-se a imagem da mulher sensual, pecadora associada ao mal, pois as mulheres que não preenchiam os requisitos ditados pela natureza – como o papel de mãe – podiam ter seu papel na sociedade relacionado à transgressão, sendo consideradas Medéias.

Nesse sentido, compreende-se que a imagem da mulher é constituída em Gênesis de forma desfavorável para ela mesma e para o seu companheiro. Essa forma de constituição imaginária da mulher nos permite pensar nas condições de produção de um determinado discurso e na relação que se estabelece com o contexto sócio-histórico e político na produção de sentidos.

Para Orlandi (2007, p. 16), “[...] os processos e as condições de produção da linguagem [se dão] pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer”. Desse modo, a projeção no discurso da posição-sujeito mulher tem a ver com o real da história. Ou seja, a imagem feminina é constituída por um processo que a inscreve em uma posição e não em outra. Neste caso em que fazemos uma entrada, de forma breve, em Gênesis, observamos, pela contradição, a imagem da mulher em uma dualidade que lhe é constitutiva: a santa e a pervertida, a mãe e a filha, a provedora e a que é provida, etc.

Seguindo nessa perspectiva, Mary Del Priore (2006), em *História do Amor no Brasil*, relata a imagem da mulher em duas vertentes: a da dona de casa, mãe, que era considerada pura, generosa, fiel e assexuada, e a “outra” (“mulher da rua” /meretriz) que possuía sua imagem associada à beleza, à sensualidade e à devassidão. Assim sendo, segundo a autora (idem: p. 193): “As mulheres ocupavam-se da casa e iam à igreja; os homens bebiam fumavam charutos e divertiam-se com as prostitutas. Estas últimas eram, assim, consideradas necessárias ao “bom funcionamento do sistema” (ibidem: p.192). Isto é, para se manter a pureza das mulheres de família, era necessária a existência da meretriz para que com essas os homens extravasassem seus impulsos sexuais. Del Priore (2006) retrata que em a beleza era algo relacionado com as prostitutas, “as mulheres perdidas”, ou seja

<sup>1</sup> Mestranda em Língua pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

<sup>2</sup> Professora orientadora, Dra. Em Língua – UNICAMP/UNEMAT.



Prazer e instituição não podem ser encontrados juntos nesse universo de convenções e repressões que se chama a “boa sociedade”. A beleza vista na prostituta era a das mulheres dos salões. Ela reforça o preconceito e o cinismo dos jovens aristocratas e burgueses: com moças pobres canalizavam desejos, divertiam-se e davam escapadelas rápidas. Com sinhas de salão, postavam-se de joelhos, recitavam versos de amor cortês e respeitoso até que se consolidasse um bom casamento. (Del Priore: 2006, p.194).

Nesse sentido, percebemos a separação da mulher para casar e a mulher para extravasar seus impulsos sexuais. Segundo Del Priore (2006) as francesa também tinha a imagem de mulheres públicas, mesmo que não o fossem. Inclusive nas poesias simbolistas da época a imagem da mulher estava sempre nessa dualidade, princesas eram mulheres castas, puras, virginais. Enquanto a prostituta é sensual, quente, pura volúpia.

Nessa perspectiva, para Rago (1991) a meretriz era visualizada como a que vendia o corpo como mercadoria: “Corpo-instrumento, a prostituta representa fundamentalmente para o freguês uma peça de produção do prazer” (idem: p. 229). Era, portanto, um objeto de sentir e dar prazer mesmo sem amar, ou sem ser amada, era em suma, vendedora e mercadoria ao mesmo tempo, simbolizando assim, segundo a autora, a fragmentação do sujeito moderno, marcado pelo capitalismo, e a separação entre o desejo e o amor.

Segundo Del Priore (2006) a meretriz era quem possuía a beleza, o erotismo e o prazer e com quem o homem extravasava seus instintos sexuais. Rago (ibidem), por outro lado, traz duas imagens da meretriz (nas décadas de 20-30): a mulher fatal e a vítima, ou seja, a mulher sensual, poderosa e perigosa para o homem, com seu poder de sedução, e a vítima, a fragilizada, que sofre nas mãos de pessoas gananciosas sem ter nenhum direito como cidadã. Além dessas duas figuras, na literatura, surgiu outra imagem da meretriz, como símbolo de libertação da mulher nas relações sexuais e sociais.

Orlandi (2009, p.39), em “A linguagem em revista: a mulher fêmea”, refere-se à mulher como “Um ninho de contradições: a mulher tem de ser casta esposa e eficiente messalina<sup>3</sup>”, o que põe em evidência uma relação em que os sentidos de “casta esposa” e “eficiente messalina” não se opõem mas se constituem diferentemente, ou seja, nessa relação, as duas posições coexistem revestindo a mulher ao mesmo tempo como esposa e messalina.

Pensando nas imagens multifacetadas que se projetam sobre as mulheres, individual ou coletivamente, objetiva-se, neste trabalho, analisar as discursividades associadas à imagem feminina, especificamente da mulher que se intitula prostituta. Tomamos como filiação teórica a Análise de Discurso de linha materialista, cujo campo de saber congrega o discurso, a linguagem e a história como sustentação teórica e, ao mesmo tempo, trabalha com a metodologia da interpretação, buscando verificar os efeitos de sentido presentes na relação *língua-discurso-ideologia*.

---

<sup>3</sup> A palavra *messalina* refere-se à “Valéria Messalina (22-48 d.C.), imperatriz romana, mulher de Cláudio I, que se entregou à devassidão, tendo sido executada por ordem do imperador, depois de ter casado publicamente com C. Sílio, com a intenção de fazê-lo tomar o lugar de Cláudio” (<http://houaiss.uol.com.br>).



Desse modo, a Análise de Discurso considera que a língua não é transparente, nesse sentido é necessário um dispositivo que auxilie no acesso a sua materialidade, ou seja, a sua discursividade. E do mesmo modo, considera que a história deve levar em conta o sujeito, por esse motivo, a Análise de discurso toma a história, não como relato, mas como acontecimento, ou seja, como o modo de produção de sentidos. Por isso, a Análise de Discurso considera não a história propriamente, mas a *historicidade* que se encontra no texto, ou seja, a AD, não parte da história para o texto para interpretá-lo, mas parte do texto, verificando assim, como a “trama de sentidos” é construída e constitutiva nele (no texto).

Portanto, o que nos interessa é compreender como os sentidos são produzidos, pois, o trabalho de interpretação ocorre, segundo Orlandi (2007), por dois vieses: a atividade do analista e a atividade linguageira do sujeito. Nessas duas instâncias a atividade linguageira é a interpretação em nosso dia a dia, todo sujeito é dado a interpretar a partir do momento que se coloca a frente de um objeto simbólico. Da mesma forma o analista também interpreta, mas diferente do sujeito no seu dia a dia, a atividade do analista diz respeito, não interpretar tomado por uma ideologia, e assim atribuindo sentido; mas compreender, explicitar como o objeto simbólico produz sentidos, pois o analista leva em consideração que o sentido sempre pode vir a ser outro, por isso a necessidade do sujeito de dar sentido, e esse sentido podendo a vir a ser outro é a atividade do analista explicitar como isso ocorre.

O que acontece diferentemente da Análise de Conteúdo em que a questão a ser respondida é “o que o texto quer dizer?”, a Análise de discurso busca o “como” ele diz? Como produz sentidos? O que de certa forma é mais complexo, pois o analista também condicionado a interpretar, deve manter-se sem seu foco através do seu dispositivo teórico e do seu dispositivo analítico que lhe permitirão compreender o objeto simbólico e não simplesmente atribuir sentidos.

Dessa forma, o analista busca não ser tomado pela ideologia, que possui em si o efeito da evidência, de completude, segundo Orlandi (2007: p. 66): “O processo ideológico não se liga à falta, mas ao excesso”. É nesse sentido, que alguns sentidos sofrem um apagamento, pois não se leva em consideração todo o processo histórico e assim o excesso diz respeito a todo um dizer já cristalizado pela ideologia que vai assim, produzir o efeito da evidência.

Desse modo, utilizamos como materialidade, registros policiais<sup>4</sup> de mulheres que realizavam a prática da prostituição em Cáceres-MT, nas décadas de 60 e 70. Portanto, vejamos os recortes que serão analisados neste trabalho:

*Texto 1*

*O. A. A. – Vulgo “Márcia”*

*Ficha aberta em 21/1/1970 . É de côr branca, cabelos oxigenados, olhos castanhos claros, nariz grosso, boca normal, bôa aparência, compleição franzina e não tem sinais particulares visíveis nem defeito físico. É separada do marido, tem um filho menor que se encontra em companhia de uma tia em Varzea Grande. Está no meretrício por sua livre e expontanea (sic) vontade. Faltam-lhe todos os dentes do*

---

<sup>4</sup> Registros que fazem parte do Núcleo de Documentação da História Escrita e Oral (NUDHEO) pertencente ao Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso.



*maxilar superior e pretende usar dentadura postiça. Mede 1,64 ctms. de altura. Declara nunca haver sido processada pela Justiça.*

A primeira observação que fazemos é em relação aos nomes das mulheres nos registros. As mulheres que eram registradas como prostitutas possuíam também um outro nome, denominado pelo registro de “vulgo”, ou seja, o nome pelo qual é conhecida uma prostituta. Esse outro nome, figura como marca no registro de uma característica atribuída à meretriz. Ou seja, a partir desta renomeação, a mulher passa a ser identificada, apenas e tão somente, por esse nome no espaço de meretrício.

Nesse processo de renomeação (O.A.A. – Vulgo Márcia) em que o nome próprio de pessoa, o reconhecido pelo Estado, ou seja, o nome jurídico é renomeado por um vulgo nos registros policiais, sendo substituído por um nome mais conhecido e reconhecido pelo meio social no qual está inserida a mulher como meretriz, percebe-se que ao fazer isso (escolher outro nome para a meretriz) é separá-la da condição de sujeito mulher – com direitos e deveres – e aproximá-la do sujeito prostituta (como se um fosse desvinculado do outro). Assim, o termo “vulgo” no recorte traz também uma noção de mudança, mudança essa que produz um silenciamento da posição sujeito mulher para prevalecer a posição sujeito prostituta.

Outra marca dessa separação, ou ambivalência é o constante apego a aparência, o que faz parecer que ser prostituta é algo que se inscreve na aparência do sujeito, especialmente no rosto, tal como é descrito no registro. *É de côr branca, cabelos oxigenados, olhos castanhos claros, nariz grosso, boca normal, bôa aparência, compleição franzina e não tem sinais particulares visíveis nem defeito físico.*

Assim, as formulações põem em evidência no registro que a recorrência à questão da aparência. Ou seja, a prostituta tem uma aparência, uma marca no corpo que a impede de pertencer, de se incluir. O que demonstra todo o estigma social que a prostituta possui, mas que atualmente faz com que ela lute e busque sua identidade social como mulher, como outra qualquer, com direitos e deveres iguais a qualquer cidadão.

Nesse sentido, há no recorte, no registro, a mulher descrita na sua vida social: como mãe, esposa, uma cidadã comum, pois temos *“É separada do marido, tem um filho menor que se encontra em companhia de uma tia em Varzea Grande”.*

Nesse sentido, o registro busca marcar também as condições sociais da mulher que se prostitui, isto é, ser mãe, casada, são marcas da vida social que seguem as normas sociais. Entrementes, ao ser ressaltado no registro que o filho não vive com esta, marca o lugar da meretriz como mulher que não segue os preceitos morais, ou seja, por mais que tenha um filho, ao se prostituir deixa de agir conforme a moral social solicitada, portanto, deixa de ser mãe. Novamente esses dizeres, de certa forma, produzem sentidos que afastam a imagem da mulher-prostituta da mulher-cidadã.

Assim, a imagem de libertina da meretriz, não poderia ser associada à imagem de mãe. Nos dicionários o lexema “mãe” traz a visão da mulher que tem filhos e também de “pessoa muito



boa, dedicada, desvelada”, ou seja, é a imagem idealizada da “santa” comparada à Virgem Maria, marcada pelo discurso religioso. Por esse motivo, a imagem da prostituta dificilmente está vinculada à imagem de mãe tal como aquela imagem ditada pela moral social.

Entretanto, a meretriz está no discurso jurídico inscrita também como mãe, mobilizando, portanto, o efeito de sentido em que mãe e meretriz se constituem em apenas uma posição: a condição de mulher, presente no discurso religioso, sendo o papel de toda mulher ser mãe.

Desse modo, percebemos uma dualidade constitutiva da imagem feminina como mãe e prostituta. Os sentidos produzidos pelos registros mostram essa complexidade em relação à meretriz. Há toda uma memória desta como libertina, lasciva e pecadora e, oposição à mulher honesta, mãe, dona de casa, num efeito de oposição que se torna constitutivo. Assim, temos o funcionamento em oposição e pelo silenciamento da imagem da prostituta pela imagem da mulher pura, casta. Daí a necessidade de marcar essa distinção pela aparência, pelo nome, pela forma de uma e outra comportar. Ou seja, há uma dualidade constitutiva que, ao mesmo tempo, une e separa a imagem feminina como se fosse mulher e/ou prostituta, o que produz um ninho de contradições em relação à própria condição feminina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7 ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. A linguagem em revista: a mulher-fêmea. In: *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

DEL PRIORE, Mary. *História do Amor no Brasil*. 2ª ed. - São Paulo: Contexto, 2006.

RAGO, L. Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.